

PROCESSO: Nº 067/2011
INTERESSADO: Ministério Público do Estado de São Paulo – Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo e Meio Ambiente
ASSUNTO: Questionamentos referentes ao licenciamento ambiental prévio das Obras de Implantação do Centro de Gerenciamento de Resíduos – CGR Araçatuba
MUNICÍPIO: Araçatuba
DATA: 14.07.2015

1 INTRODUÇÃO

O presente documento trata da manifestação deste Setor de Avaliação de Sistemas de Tratamento de Resíduos – IPSR, para atendimento do Ofício nº 225/2015 – PJ HUMA (Ref.: IC nº 14.0194.0005377/2012-5-SIS-AMB), emitido em 24.06.2015 pelo Ministério Público do Estado de São Paulo. Por meio do referido Ofício, foram solicitadas considerações quanto ao documento s/n elaborado em junho de 2015 pela Engenheira Civil Zeide Nogueira de Camargo Furtado, referentes ao licenciamento ambiental prévio das Obras de Implantação do Centro de Gerenciamento de Resíduos – CGR Araçatuba no município de Araçatuba, de responsabilidade da empresa CGR Guataparã – Centro de Gerenciamento de Resíduos Ltda.

Essa Informação Técnica foi fundamentada nas informações constantes do Processo nº 067/2011 relativo ao licenciamento ambiental prévio do empreendimento.

2 INFORMAÇÃO

Para atendimento do referido Ofício serão fornecidas as considerações e esclarecimentos pertinentes quanto aos tópicos a seguir:

2.1 Recursos Hídricos

De acordo com a documentação apresentada foram questionadas a presença de nascentes, poços e cacimba não contemplados no estudo, bem como sua proximidade ao maciço de resíduos e o nível d'água encontrado no estudo.

Na Figura 1 pode-se observar a indicação da rede hídrica local conforme mostra a base cartográfica oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1:50.000). Assim, entende-se que toda coleção hídrica apresentada no estudo foi considerada no projeto e que não existem corpos hídricos a menos de 50 m da área de intervenção, incluindo aquelas localizadas do lado oposto à Est. Mun. Romeu Bife.

Quanto à existência de nascentes localizadas a menos de 200 m do aterro, é importante salientar que na implantação do empreendimento não estão previstas intervenções em APPs e/ou recursos hídricos. A norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR 13896:1997 – Aterros de resíduos não perigosos – Critérios para projeto, implantação e operação é, salvo melhor juízo, de caráter exclusivamente consultivo e não compulsório. Ela apresenta dentre outros aspectos, critérios para localização de aterros, sendo recomendada a sua implantação a uma distância mínima de 200 m de cursos d'água. Entretanto, a própria norma salienta sabiamente que, a critério exclusivo do órgão ambiental essa distância pode ser alterada. Isto posto, esclarecemos novamente que normas técnicas tem caráter consultivo e que à época da discussão e elaboração da NBR 13.896 (meados da década de 1990), portanto refletindo o conhecimento e a tecnologia disponível na década de 80, não se consideravam as diretrizes de operação e implantação de aterros sanitários que são consideradas atualmente e muito menos os avanços tecnológicos e de materiais que ocorreram nas últimas décadas.

Assim, considerando que no empreendimento estão previstos sistemas de proteção ambiental e a implementação de monitoramento periódico da qualidade das águas subterrâneas, aliados à adequada operação e acompanhamento do empreendimento, entende-se que não é esperada contaminação do solo e

das águas subterrâneas da área do empreendimento e de seu entorno, não trazendo riscos, assim, para os poços e cacimbas indicados no documento.

No que se refere à cacimba aberta, esta não foi considerada no licenciamento ambiental uma vez que não foi informado pelo empreendedor e nem verificado durante a primeira vistoria. No entanto em nova vistoria técnica realizada em 24.06.2015 foi confirmado a existência da referida cacimba (Figura 2), sendo informado pelo representante do empreendedor que a cacimba não é utilizada. Esclarece-se que a existência de cacimbas, poços rasos, poços profundos, etc. não é considerada um impedimento técnico para esta fase do licenciamento, pois estes dispositivos sempre poderão ser desativados, selados e tamponados e desta forma, garantido a interrupção de uma eventual via de contato entre o fundo do aterro e a superfície do lençol freático. Caso o licenciamento ambiental prospere, será solicitado ao empreendedor que apresente, por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Instalação – LI, um Relatório Fotográfico que comprove a construção da cobertura da cacimba e o seu tamponamento conforme orientações constantes da Instrução Técnica DPO Nº 006, atualizada em 2012, do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE. Além disso, será solicitado ao empreendedor que apresente manifestação do DAEE quanto a ciência do tamponamento, uma vez que conforme consta no item 9.9 da referida DPO que “concluído o tamponamento, o usuário deverá informar o DAEE o fato que motivou o abandono, desativação definitiva ou temporária, através de relatório fotográfico.”.

Já com relação a informação de que o nível d'água deve ser medido em épocas chuvosas devido a seca severa que a região atravessa, informa-se que consta no PT 036/15/IPSR a solicitação de que, o interessado deverá apresentar, no âmbito do projeto executivo da implantação do aterro, os resultados de nova campanha de sondagens, bem como o perfil geológico-geotécnico incluindo os perfis da escavação projetada e a representação da linha piezométrica do subsolo em função dos níveis d'água identificados nos poços de monitoramento e nas novas sondagens a serem realizadas na área de implantação. As sondagens deverão ser realizadas em época de maior precipitação pluviométrica da região.

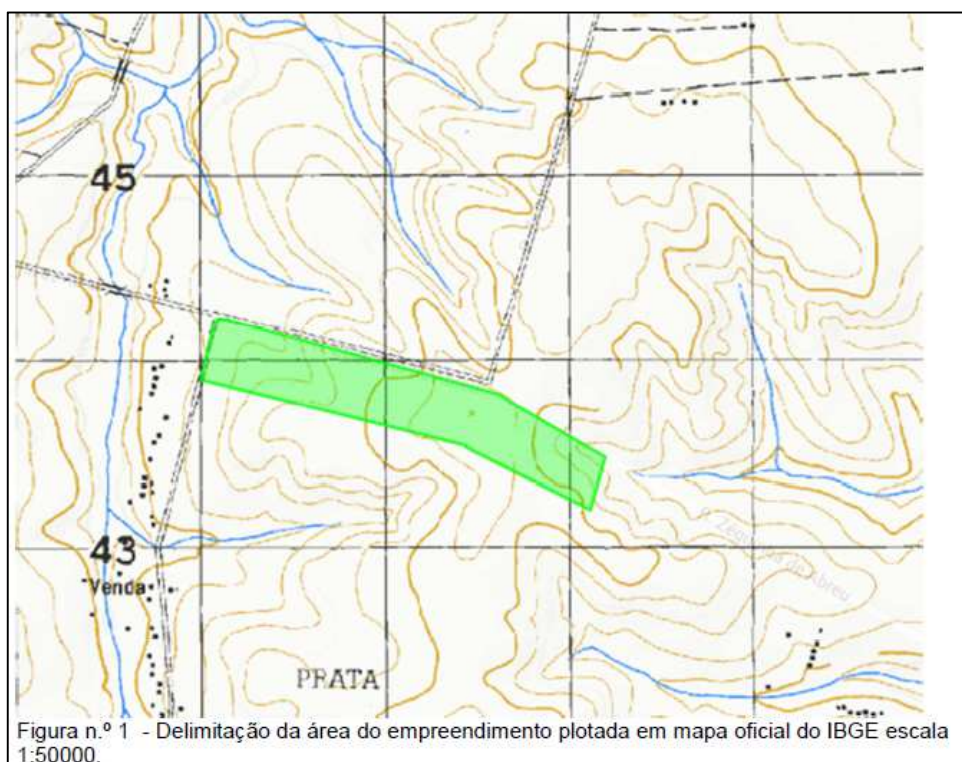


Figura 1. Delimitação da área do empreendimento plotada em mapa oficial do IBGE escala 1:50.000

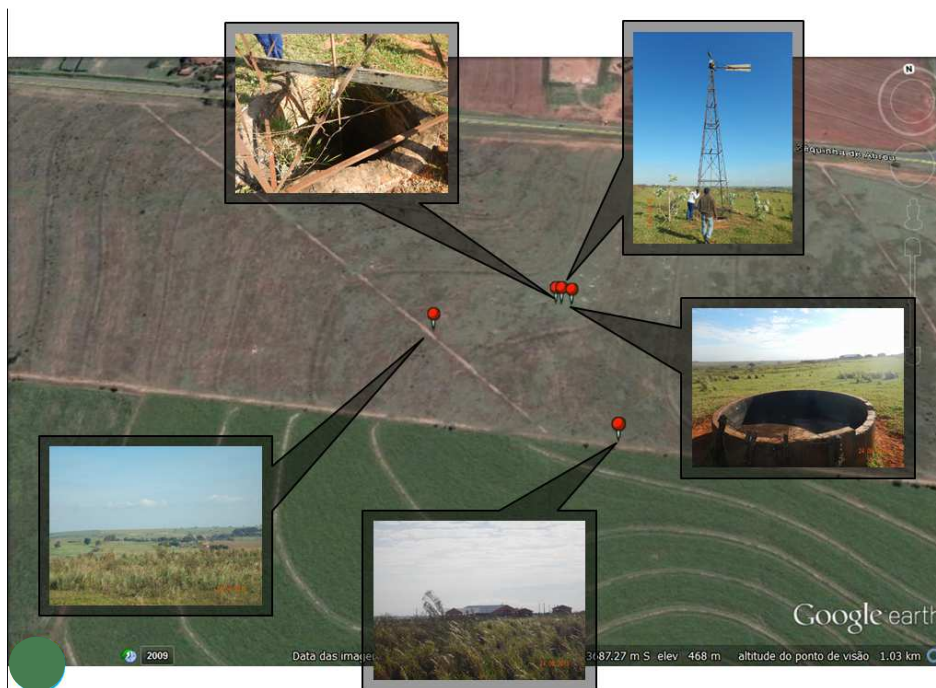


Figura 2. Localização da cacimba

2.2 Distância Mínima de Núcleos Habitacionais

Por ocasião da vistoria realizada em 24.06.2015 no entorno do empreendimento, foram percorridos os trechos localizados ao longo da Rodovia Romeu Bife e da Rodovia ART -270, conforme Figura 03.

Trecho 1 – Estrada Municipal Romeu Bife (ART 270) até a rotatória com a Estrada Arlindo Casassola (ART 164). O trecho percorrido apresenta usos com características rurais, com a presença de uma propriedade com moradia isolada e acesso particular, além de um Haras. Tanto a propriedade quanto o Haras estão localizados do lado oposto ao empreendimento. Este trecho da via encontra-se em bom estado, pavimentado, com sistema de drenagem pluvial e sinalização.

Trecho 2 – Entre a rotatória da Estrada Arlindo Casassola até o Bairro da Prata Seguindo pela rotatória sentido bairro, foram identificadas propriedades rurais esparsas cujos acessos se dão por meio de entradas particulares, fechadas com cercas e/ou porteiiras, predominantemente do lado direito da via. Já no Bairro da Prata, distante cerca de 1,3 km da área do empreendimento, foi possível observar a presença de comércio local e residências nas proximidades da Igreja localizada no referido bairro. O trecho da estrada até o Bairro da Prata encontra-se em bom estado de conservação, pavimentado, dotado de sistema de drenagem pluvial e sinalização ao longo da via. Não foram identificados equipamentos urbanos neste trecho.

Trecho 3 – Entre a rotatória da Estrada Municipal Romeu Bife até o Bairro Jacutinga Neste trecho, partindo da rotatória sentido bairro, observou-se a presença de uma propriedade com características rurais e ocupada por várias moradias, localizada no lado direito da via, a cerca de 300 m da rotatória e a 800 m da Área Diretamente Afetada - ADA (maciço de resíduos). O acesso à propriedade se dá por meio de entrada particular, com cercamento e porteira. Após esta propriedade, a ocupação da área até a chegada no Bairro Jacutinga é caracterizada pela presença de áreas rurais no lado direito e propriedades rurais com moradias esparsas no lado esquerdo (sentido bairro). Após percorrer um trecho de cerca de 1,5 km a ocupação do lado esquerdo passa a apresentar maior número de unidades habitacionais e terrenos com casas em construção. Este aglomerado contempla servidões transversais à via principal, presença de equipamentos urbanos tais como escola e Unidade Básica de Saúde, pequenos comércios que se encontravam fechados durante a vistoria. A principal via de acesso ao bairro encontra-se sem pavimentação, recoberta por terra batida, porém sinalizada com placas, inclusive nas servidões transversais.

Face ao exposto, dentre os trechos vistoriados, fica claro a inexistências de povoados, aglomerados urbanos ou núcleos populacionais (entendidos como localidade sem a categoria de sede administrativa, mas com moradias, geralmente em torno de igreja ou capela, com pequeno comércio. que disponham de algum equipamento urbano – item 3.1.5 da NBR – 13896/97) no entorno imediato do empreendimento (até 500m de distância). Essa região está caracterizada por propriedades esparsas, onde a maior concentração de moradias se dá no Bairro da Prata distante cerca de 1,3 km do empreendimento (Trecho 2) e no Bairro Jacutinga localizado a cerca de 1,5 km do empreendimento (Trecho 3).

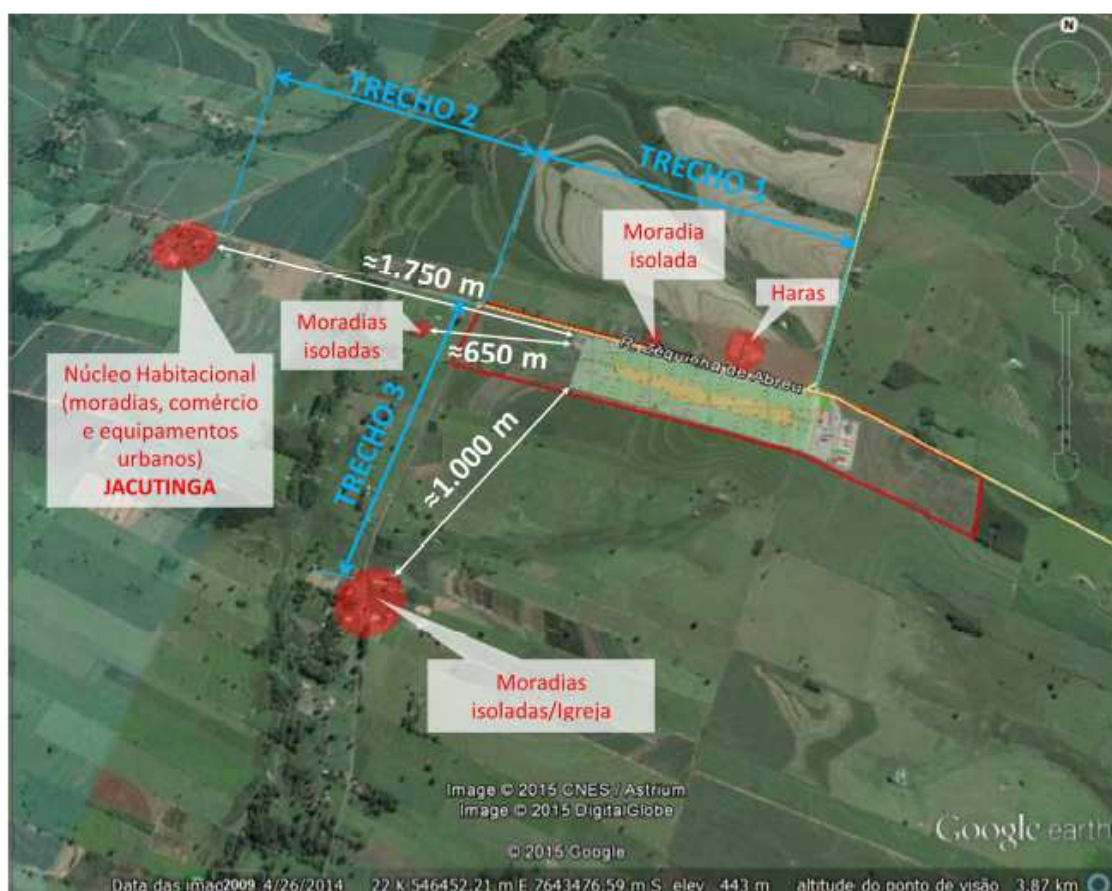


Figura 3. Posição e distâncias dos núcleos urbanos

2.3 Zoneamento da Região

Em relação ao zoneamento da área de implantação do CGR, cabe informar que a autoridade com competência constitucional para reger o uso e ocupação do solo no município é a Prefeitura de Araçatuba.

Para tanto, por ocasião da protocolização do EIA/RIMA, foi apresentada pelo empreendedor a Cópia da Certidão CDIR.090 nº 142/2011, emitida pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação da Prefeitura Municipal de Araçatuba em 28.06.2012, na qual consta que: “o uso requerido “CENTRO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS”, é permitido para a área”.

Quanto ao Plano Diretor do município, quaisquer esclarecimentos quanto ao zoneamento da região onde está localizado o CGR Araçatuba deverão obtidos diretamente na Prefeitura Municipal de Araçatuba. Assim sendo, a CETESB não poderia ter se furtado de ouvir o referido órgão, o qual se manifestou por meio Certidão CDIR.090 nº 142/2011 emitida em 28.06.2012.

2.4 Geologia e Tipos de Solos

Como ressaltado no PT 036/15/IPSR os aterros sanitários devem atender obrigatoriamente as condições mínimas estabelecidas na NBR 13896:1997 – Aterros de resíduos não perigosos – Critérios para projeto, implantação e operação - Procedimento, ou seja, entre a superfície inferior do aterro e o mais alto nível do lençol freático deve haver uma camada natural de espessura mínima de 1,50 m de solo insaturado. Ademais, o aterro deve ser executado em áreas onde haja predominância no subsolo de material com coeficiente de permeabilidade inferior a 5×10^{-5} cm/s. Salienta-se que um subsolo com coeficiente de permeabilidade superior a 5×10^{-5} cm/s pode vir a ser aceito pelo OCA, a seu critério, dependendo do tipo de resíduo a ser disposto e das demais condições hidrogeológicas do local do aterro, desde que este valor não exceda 10^{-4} cm/s.

Assim, considerando que os ensaios do coeficiente de permeabilidade (k) *in situ* do solo local indicaram coeficiente de permeabilidade variando da ordem de 10^{-5} a 10^{-4} cm/s e nível d'água entre 4,55 m a 10,48 m de profundidade na ADA, entende-se que a área pode atender ao requerido pela NBR, necessitando apenas de ajustes de projeto que deverá ser realizado por ocasião da solicitação da LI, onde se exige o detalhamento do projeto executivo.

2.5 Posto de Combustível e Oficina

De acordo com a documentação apresentada, foi verificado que consta nos documentos apresentados ao DAEE que no objeto de licenciamento está incluso a implantação de posto de combustível e oficina de veículos não citados no EIA.

Conforme informado no PT nº 036/15/IPSR o objeto deste licenciamento é a implantação do Centro de Gerenciamento de Resíduos – CGR Araçatuba, sob responsabilidade da empresa CGR Guataparã – Centro de Gerenciamento de Resíduos Ltda., constituída pelas seguintes Unidades:

- Aterro em regime de codisposição com resíduos sólidos domiciliares e industriais Classes IIA e IIB (classificados conforme a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 – Resíduos sólidos – Classificação) com capacidade de recebimento diária de 1.000 toneladas;
- Unidade de Beneficiamento de resíduos da construção civil, com capacidade de recebimento diária de 500 toneladas;
- Unidade de tratamento de resíduos de serviços de saúde com capacidade de recebimento diária de 10 toneladas;
- Unidades de apoio como portaria, balança e administração servirão às três unidades de gerenciamento de resíduos previstas no empreendimento.

Portanto, informa-se que não estão previstas instalações de posto de combustível nem de oficina de veículos no empreendimento.

2.6 Deliberação Comitê de Bacia Hidrográfica Baixo Tietê

Consta na documentação apresentada que a Deliberação CBH-BT nº 134/14 não foi considerada no Parecer Técnico - PT 036/15/IPSR.

De fato no PT 036/15/IPSR não foi considerado a Deliberação CBH-BT nº 134/14, pois o mesmo foi anexado ao processo após a emissão do referido PT. Ainda assim cabe informar que:

- Foi obtida a manifestação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê – CBH-BT por meio da Deliberação CBH-BT nº 124/2013 sobre a implantação do empreendimento. Tal documento delibera que

“não é do interesse do Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê que empreendimentos desta natureza sejam implantados em locais onde haverá interferências e impactos nos recursos hídricos”.

- Após proposta de reformulação do projeto básico do empreendimento, na qual está previsto o recuo do maciço de resíduos, em relação ao projeto original, em cerca de 380 m na direção leste de modo a não interferir na Área de Preservação Permanente – APP existente na porção oeste, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê – CBH-BT por meio da Deliberação CBH-BT nº 134/2014 apresentou nova manifestação na qual consta que a assembleia se posicionou pela manutenção do teor da Deliberação 124/2013.

Isto posto informa-se que nos termos da Resolução SMA nº 54/08 que estabelece procedimentos para recebimento de contribuições/sugestões técnicas dos Comitês de Bacia para análise de EIA/RIMA consta que: “Artigo 2º - As manifestações dos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBH, que deverão ser técnicas e que subsidiarão a análise referente à viabilidade ambiental do empreendimento pelos técnicos (...) deverão indicar, fundamentalmente, a relação que o empreendimento mantém com as metas do Plano de Bacia ou com o Relatório de Situação.” Nesse sentido, à luz da referida Resolução as contribuições/sugestões técnicas oferecidas pelo referido Comitê, quando pertinentes, foram consideradas. Além disso, as manifestações contrárias apensadas nas Atas discussão do Comitê são as mesmas já discutidas e rebatidas nesta Informação Técnica. Assim, entende-se que as ponderações colocadas pelo Comitê para esta fase do Licenciamento foram sim consideradas.

Além disso, informa-se que os principais questionamentos apontados na Deliberação CBH-BT referem-se a assuntos de cunho técnico/construtivo/operacional, os quais serão detalhados nas fases seguintes do licenciamento ambiental e não estão vinculados à decisão quanto a viabilidade ambiental do empreendimento. Tais aspectos serão avaliados pela CETESB no momento oportuno, caso o licenciamento do CGR tenha continuidade.

Eng. Valéria Soares
Reg. 7027 – CREA: 5061095674

Eng. Kátia Moreira de Souza Melo
Reg. 6802 – CREA: 5062185877

Ciente e de acordo

Eng. Pedro Penteado de Castro
Gerente do Setor de Avaliação de Sistemas
de Tratamento de Resíduos – IPSR
Reg. 2095-5 CREA: 060074187